

Estado perde R\$ 700 milhões com repetência

Reprovação vira problema político: taxa de escolarização do País é das piores do continente

GABRIELA ATHIAS

A política de acabar com a repetência, introduzida no ano passado na rede pública pela Secretaria da Educação de São Paulo, reduziu as perdas do sistema de R\$ 700 milhões para R\$ 350 milhões ao ano e criou uma grande polêmica educacional: alunos que não têm média devem passar de ano? E aqueles que não frequentaram as aulas?

A resposta é sim para os dois casos. Além de incentivar a evasão escolar, a repetência produz desperdício. Até 1996, só o Estado de São Paulo perdia R\$ 700 milhões por ano com alunos retidos na mesma série. O valor é suficiente para comprar 200 milhões de livros didáticos ou para construir 700 escolas, com 12 classes, capazes de atender 1,5 mil alunos cada uma.

Respalhada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que criou a "reclassificação e a classificação", no seu artigo 24, a Secretaria da Educação resolveu dar uma chance tanto para os que obtiveram notas baixas o ano todo quanto para os que sequer atingiram 75% de presença.

A reclassificação permite à escola avaliar e determinar a série de alunos oriundos de outras instituições, e até de outros países, sem levar em conta documentos escolares. A classificação permite a promoção com base em conhecimentos, independentemente da última série cursada.

Tanto os alunos que tiraram notas baixas quanto os que frequentaram apenas um bimestre letivo podem fazer recuperação de 20 dias no verão e, se forem aprovados, serão promovidos. No ano passado, a taxa de aprovação da recuperação foi, em média, de 40%.

Na verdade, a repetência e a consequente evasão escolar, historicamente um dos maiores obstáculos da educação nacional, tornam-se, cada vez mais, um problema político-econômico para o País. Em uma época que exige qualificação, os trabalhadores brasileiros estão entre os mais desqualificados da América Latina. Na América do Sul, Brasil, Peru e Bolívia exibem as piores taxas brutas de matrícula, enquanto a Argentina, o Chile e o Uruguai já ultrapassaram os países asiáticos e caminham para alcançar a média dos países desenvolvidos, de 90%.

Nas escolas brasileiras de 1.º e 2.º graus, professores e diretores esbravejam contra o fim da repetência. Alguns reclamam da perda de poder sobre os alunos, já que a ameaça de fazê-los repetir acabou. Outros alegam não saber como agir diante de classes cada dia mais violentas e desinteressadas, especialmente no ensino médio. "Tenho alunos que mal sabem falar", diz Zenildo Rocha, professor de português e inglês. "Como posso aprová-los?"

Para a maioria dos 14 professores da rede estadual ouvidos pelo Estado, as escolas não estão equipadas para garantir o aprendizado. Alguns admitem até o próprio despreparo para lidar com as mudanças que estão ocorrendo na área educacional. Desde os anos 70, o fracasso escolar passou a ser encarado pela comunidade acadê-

mica como um problema a ser resolvido pela escola e não só pelo aluno. Como as crianças de baixa renda são as maiores vítimas da repetência, ficou claro que a escola precisava aprender a lidar com as diferenças socioeconômicas entre os alunos e suas consequências no processo educacional. Nesse sentido, há trabalhos da Fundação Carlos Chagas — alguns deles escritos até pela secretária da Educação, Rose Neubauer.

"Sei que acabar com a repetência, isoladamente, não vai resolver, mas já avançamos", diz a socióloga Felícia Madeira, diretora de Análise Socioeconômica da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em São Paulo. Para ela, as escolas precisam perder o caráter excludente que sempre tiveram para tornar-se um espaço de convivência atraente para os adolescentes. "A repressão afasta o jovem da escola", sentença. Embora assegure que a "promoção é uma medida decisiva para o País", Felícia ressalta a necessidade de ações que "garantam o aprendizado" como é, para ela — mas não para os professores da rede pública —, a recuperação de férias feita pela Secretaria da Educação.

"Claro que a repetência não garante qualidade; mas precisamos urgentemente encontrar caminhos para melhorar a educação", diz Elza Sena, diretora da Escola Estadual MMDC, instituição que compete com as escolas particulares no provão da Secretaria da Educação e ostenta taxas de aprovação

no vestibular de quase 100%.

Elza defende uma recuperação mais longa, com professores mais experientes. A equipe do MMDC avisa os pais dos faltosos e, não raro, informa as ausências à Vara da Infância e Juventude. Mas, segundo Elza, com o fim da repetência, as faltas sem justificativas aumentaram 20%.

"Do jeito que está, não faz muita diferença ir ou não à aula", diz Milton Silva, de 21 anos, que em 1997 frequentou apenas o primeiro bimestre do ano letivo na Escola Presidente Roosevelt e foi aprovado. A professora de biologia Maria Aparecida Rusca, com 25 anos de magistério, lamenta que o fim da repetência represente para muitos alunos a "possibilidade de não fazerem nada e ser aprovados".

O secretário-adjunto da Educação, Hubert Alquerres, baseia-se numa série histórica de estatísticas para defender a qualidade do ensino público em São Paulo. Segundo ele, 80% das pessoas estudam ou estudaram na rede estadual — os outros 20% dividem-se igualmente entre as redes particular e municipal —, e são esses cidadãos que contribuem para tornar São Paulo o "Estado mais rico e pujante do País".

O professor Umile Calasso, vice-presidente da Associação de Escolas Particulares, diz que, embora os professores estejam "acomodados" com a pedagogia da reprovação, "crianças e jovens socialmente excluídos não podem ser excluídos também da escola". Ele lembra que a escola acolhe alunos de famílias pobres, cujo chefe muitas vezes está desempregado.

Felícia, da Fundação Seade, acredita que o desejo de consumo vai incentivar o adolescente a estudar. "O jovem quer trabalhar para consumir e percebe que, se estudar, poderá disputar um emprego melhor."



Fábio Braz, de 21 anos, assinou contrato com a Portuguesa: possibilidade de conciliar o sonho de ser jogador de futebol com os estudos

Milton Michida/AE

SECRETARIA DÁ
CHANCE A QUEM
TIROU NOTA
BAIXA OU NÃO
ATINGIU 75% DE
PRESENÇA NAS
AULAS